



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DE AGRESTINA - PE**

Casa Agrício Brasil

**Encaminha-se a Comissão
de Finanças e Orçamento**

• Em 12 / 07 / 2021

Presidente

PROJETO DE LEI Nº 004/2021.

APROVADO

Em 19 / 07 / 2021

Votação 19 X 0

Presidente

EMENTA: Denomina artéria pública localizada na COHAB, zona urbana deste município e dá outras providências.

A **CÂMARA MUNICIPAL DE AGRESTINA**, Estado de PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais que lhes confere o Regimento Interno desta Casa Legislativa, apresenta à apreciação do Plenário o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º- Fica denominada a Rua Projetada nº 03, localizada no Bairro da COHAB, zona urbana do nosso município, de **Rua MARIA DAS DORES CARNEIRO**.

Art. 2º- Fica o Chefe do Poder Municipal de Agrestina, Pernambuco, autorizado a mandar confeccionar e colocar a placa alusiva à denominação a que se refere o Art. 1º desta Lei e consequentemente a utilizar os recursos financeiros orçamentários ao cumprimento desta Lei.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Agrestina, Pernambuco, em 09 de julho de 2021.

APROVADO

Em 26 / 07 / 2021

Votação 9 X 0

Presidente

JOÃO ANTÔNIO LEITE
VEREADOR AUTOR

DESPACHO:

Encaminho a assessoria jurídica para análise e emissão de parecer.

Agrestina, 13 / 07 / 2021

Controladoria Geral

**Encaminha-se a Comissão
de Justiça e Redação**

Em 12 / 07 / 2021

Presidente

MARIA DAS DORES CARNEIRO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

CPF

628.032.394-34

MATRÍCULA:

076620 01 55 2020 4 00006 093 0001476 84

SEXO Feminino	COR Branca	ESTADO CIVIL E IDADE Solteira, 93 anos
NATURALIDADE Agrestina-PE	DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO RG nº 2972877 SDS/PE emitido em 21/09/2017, Título de eleitor nº 023820920868 zona 086 seção 0031 da cidade de Agrestina-PE emitido em 10/05/2017	ELEITOR Sim

FILIAÇÃO E RESIDÊNCIA

Filha de MANUEL PEDRO MOURA e de JOSEFA ISABEL DOS SANTOS, Residência da falecida: RUA CABOCLO CAETANO, nº 59, CASA, ZONA RURAL VILA BARRA DO CHATA, Agrestina-PE

DATA E HORA DE FALECIMENTO

Dezesseite de agosto de dois mil e vinte, às 23h50min.

DIA

17

MÊS

08

ANO

2020

LOCAL DE FALECIMENTO

HOSPITAL DOM HELDER CÂMARA, RODOVIA BR 101 KM 28, Cabo de Santo Agostinho-PE

CAUSA DA MORTE

SÍNDROME RESPIRATÓRIA GRAVE, INSUFICIÊNCIA RESPIRATÓRIA AGUDA, SUSPEITA DE COVID, LESÃO RENAL AGUDA, SÍNDROME

SEPULTAMENTO / CREMAÇÃO

CEMITERIO DA VILA BARRA DO CHATA, Agrestina/PE

DECLARANTE

EVERALDO ANTONIO AGOSTINHO, nacionalidade BRASILEIRA, RG nº 5832566, SSP/SP, CPF/MF nº 696.642.428-53, profissão APOSENTADO, estado civil casado, residente na AV CAPITÃO ANCELMO BARCELO, nº 113, PONTE RAZA, SÃO PAULO-SP, filho da falecida

NOME E Nº DE DOCUMENTO DO(S) MÉDICO(S) QUE ATESTOU(ARAM) O ÓBITO

CAIO FELIPE ALVES PONTE, CRM 27236

AVERBAÇÕES / ANOTAÇÕES A ACRESCEER

Registrado no Livro C-06, Fls.93 e Termo 1476, a falecida nascida no dia 02/02/1927, Deixa bens e deixa 01 filho de Maior idade.

ANOTAÇÕES DE CADASTRO

TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	DATA EXPEDIÇÃO	ÓRGÃO EXPEDIDOR	DATA DE VALIDADE
RG	2972877	21/09/2017	SDS/PE	
TIPO DOCUMENTO	NÚMERO	ZONA/SEÇÃO	MUNICÍPIO	UF
Título de Eleitor	023820920868	086/0031	Agrestina	PE
CEP Residencial	55495-000			

* As anotações de cadastro acima não dispensam a apresentação do documento original, quando exigida pelo órgão solicitante.

Nome do Oficial
Cartório do Registro Civil do 2º Distrito da Comarca de Agrestina
Oficial Registrador
Manuel Ferreira Filho
Município/UF
Agrestina/7810
Endereço
Rua Caboclo Caetano, nº 51 - Vila Barra do Chata - Agrestina-PE

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.
Agrestina, 20 de agosto de 2020.

OFICIAL INTERINO

Selo: 0076620.SWV10201801.00235

Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital.

CARTÓRIO DO REGISTRO CIVIL OFICIAL
Manuel Ferreira Filho
Vila Barra do Chata - 2º Distrito
Agrestina-PE



Thaís Dominique Beserra

SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

PARECER JURÍDICO

EMENTA: Denomina artéria pública localizada na COHAB, zona urbana deste município e dá outras providências.

CONSULENTES: CONTROLE INTERNO DA CÂMARA DE VEREADORES DE AGRESTINA

CONSULTA: Solicitam posicionamento jurídico acerca da legalidade do Projeto de Lei nº 004/2021 de autoria do Vereador João Antônio Leite.

RELATÓRIO

A propositura tem como objetivo analisar os aspectos constitucionais, legais e regimentais, bem como as Implicações financeiras e disponibilidade orçamentária referente ao Projeto de Lei nº 004/2021 de autoria do Vereador João Antônio Leite.

É o sucinto relatório. Passo a Opinar.

FUNDAMENTAÇÃO

De início, esclareço que o presente parecer possui caráter opinativo, onde a situação é analisada tendo em vista as normas legais, ficando a decisão final a cargo das Comissões Permanentes da Casa de Edis.

É a chamada Discricionariedade. Onde há margem de liberdade de decisão diante do caso concreto, de tal modo que a autoridade poderá optar por uma dentre várias soluções possíveis, todas, porém, válidas perante o direito. E, portanto, um poder que o direito concede à Administração, de modo explícito ou implícito, para a prática de atos administrativos, com a liberdade na escolha segundo os critérios de conveniência, oportunidade e justiça, próprios da autoridade, observando sempre os limites estabelecidos em lei.

Pois bem, feitos os registros necessários, passo a analisar os requerimentos administrativo aviado.

a) QUANTO AO ASPECTO CONSTITUCIONAL

É cediço que os municípios brasileiros são entes-federativos dotados de autonomia, consoante o que dispõe o art. 18 da CF/88, regendo-se por sua Lei Orgânica na forma do Art. 4º do mesmo digesto, Portanto, é o Município autônomo para legislar sobre assuntos de seu Interesse.

Nesse sentido, o Projeto de Lei em referência encontra amparo no artigo 30, inciso I da Constituição da República, na Lei Orgânica Municipal e artigo 41, IV, "h" do Regimento Interno desta Casa de Leis, por tratar-se de iniciativa privativa do Legislativo Municipal.



Thaís Dominique Beserra

SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA

b) QUANTO A LEGALIDADE - ASPECTO REGIMENTAL

O Projeto de Lei em tela denomina artéria pública localizada na COHAB com o nome de **"RUA MARIA DAS DORES CARNEIRO"** encontra respaldo e amparo legal, constituindo-se matéria de iniciativa do Poder Legislativo consoante disposições contidas no artigo 41, IV, "I" do Regimento Interno, no que, após deliberação pelo Plenário da Câmara pelo *quorum* de sua maioria simples, *in casu* pela vontade da metade mais um dos Vereadores presentes à reunião, na forma do que dispõe o art. 182, § 1º do Regimento Interno da Casa Legislativa.

Com efeito, entende-se que não há vedação legal, para a propositura em tela.

c) EM RELAÇÃO AO ASPECTO FORMAL DO PLL

O projeto em comento, no seu aspecto formal, apresentou-se de forma coaduzente, não necessitando de Emendas.

d) EM RELAÇÃO AO ASPECTO REDACIONAL E GRAMATICAL

Analisado atentamente, o Projeto de Lei apresenta boa redação, linearidade, clareza, bem como não se vislumbra qualquer necessidade de correção gramatical.

e) IMPLICAÇÕES FINANCEIRAS E DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

A propositura encontrou sua justificativa em plenário e, afigura-se devidamente prevista no Orçamento do Município para o exercício vigente, assim como não repercute em criação ou aumento de despesa de caráter continuado, de forma que não viola a Lei de Responsabilidade Fiscal nem as disposições da LC 173/2020.

Restando presentes os requisitos legais supramencionados, no que se refere à confecção e instalação da placa com a denominação da artéria pública localizada na COHAB com o nome de **"RUA MARIA DAS DORES CARNEIRO"**, demonstrada a existência de dotação suficiente para lhe fazer face nas colunas referentes às quantidades permitidas para provimento e despesas correspondentes, não existe óbice legal para que produza efeitos no mundo jurídico.

Ex vi, OPINA que o Projeto em tela, se encontra com as condições jurídico-legais de ser apresentado ao Plenário, entendendo não haver vedação para a propositura que denomina de **"RUA MARIA DAS DORES CARNEIRO"** a artéria pública localizada na COHAB. É o parecer. s.m.j.

Agrestina/PE, em 16 de julho de 2021.


Thaís Dominique B. Beserra

Advogada - OABPE 50.463



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DE AGRESTINA - PE**

Casa Agrício Brasil



COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO

Parecer ao Projeto de Lei Nº 004/2021, apresentado pelo Exmo. Sr. Vereador João Antônio Leite, que denomina artéria pública localizada na COHAB, zona urbana deste município e dá outras providências.

PARECER

Em consonância com preceitos estabelecidos em normas regimentais, esta Comissão Permanente a Câmara Municipal de Agrestina, recebeu para análise e posterior emissão do Parecer o **Projeto de Lei Nº 004/2021**, que denomina a Rua Projetada nº 03, localizada no Bairro da COHAB, zona urbana do nosso município, de **RUA MARIA DAS DORES CARNEIRO** e dá outras providências.

Compete a esta Comissão de Justiça e Redação manifestar-se em todas as proposituras sujeitas à apreciação do Plenário da Câmara de Vereadores deste Município, dizendo a sua constituição, sua legalidade e da sua redação.

O Projeto de Lei em referência foi examinado pela Assessoria Jurídica desta Casa, onde a mesma pontuou que o Projeto em tela, se encontra com as condições jurídico-legais de ser apresentado ao Plenário, entendendo não haver vedação para a propositura.

Em análise, esta Comissão de Justiça e Redação deste Poder Legislativo Municipal, concluiu também que o seu teor não fere dispositivos constitucionais, estando, portanto, em condições de ser aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores em conformidade com o que reza o Regimento Interno desta Casa.

O nosso Parecer é pela aprovação.

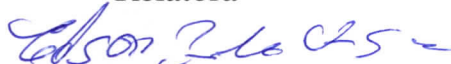
Sala das Comissões, em 16 de julho de 2021.


Saulo Alves Batista

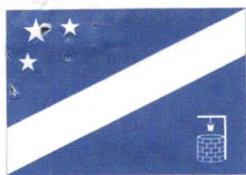
Presidente da Comissão


Emília Alves Fernandes

Relatora


Edson Pedro da Silva

Membro



**CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
DE AGRESTINA - PE**

Casa Agrício Brasil



COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

Parecer ao Projeto de Lei Nº 004/2021, apresentado pelo Exmo. Sr. Vereador João Antônio Leite, que denomina artéria pública localizada na COHAB, zona urbana deste município e dá outras providências.

PARECER

Em consonância com preceitos estabelecidos em normas regimentais, esta Comissão Permanente da Câmara Municipal de Agrestina, recebeu para análise e posterior emissão do Parecer o **Projeto de Lei Nº 004/2021**, que denomina a Rua Projetada nº 03, localizada no Bairro da COHAB, zona urbana do nosso município, de **RUA MARIA DAS DORES CARNEIRO** e dá outras providências.

O Projeto de Lei em referência foi examinado pela Assessoria Jurídica desta Casa, onde a mesma opinou que o Projeto em tela, encontra-se em condições jurídico-legais de ser apresentado ao Plenário, entendendo não haver vedação para a propositura.

Desta maneira, esta Comissão de Finanças e Orçamento, em análise concluiu que, o mesmo não fere dispositivos constitucionais, estando, portanto, em condições de ser aprovada pela Câmara Municipal de Vereadores em conformidade com o que reza o Regimento Interno desta Casa.

O nosso Parecer é pela aprovação.

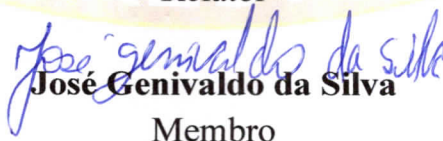
Sala das Comissões, em 16 de julho de 2021.


José Pedro da Silva Filho

Presidente da Comissão


Marcos Antônio de Oliveira Silva

Relator


José Genivaldo da Silva

Membro